

ACESSIBILIDADE E COMPARTILHAMENTO DE CONHECIMENTO PÚBLICO: ESTUDO DA BIBLIOTECA DIGITAL DOMÍNIO PÚBLICO

Kleber Tadashi Fujihara, Mariângela Braga Norte (orientadora), Aldinar Martins Bottentuit (co-orientadora). – Ciência da Informação – Biblioteconomia – Departamento de Ciência da Informação – Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília.

Na sociedade atual a informação é uma peça fundamental para o desenvolvimento do país, é com a informação que se acelera o aprendizado na educação, investe-se na economia, criam-se políticas públicas, desenvolve-se a ciência. Enfim com a informação cria-se uma nova cultura, onde os acervos se bem organizados, gerenciados e desenvolvidos transformam-se em um enorme potencial de conhecimento.

Com a expansão das novas tecnologias no final do século XX e início do XXI, novas formas de comunicação foram criadas, sendo uma das principais a Internet, que se tornou uma poderosa fonte de busca e difusão do conhecimento. Assim, acompanha-se a expansão de *sites* e portais, tanto nas esferas governamentais, não-governamentais, universidades, escolas, empresas, bancos, hospitais, entre outras.

Neste contexto, insere-se o Domínio Público (www.dominiopublico.gov.br), o qual objetiva promover o amplo acesso às obras literárias, artísticas e científicas, na forma de textos, sons, imagens e vídeos, já em domínio público ou que tenham a sua divulgação devidamente autorizada, que constituem o patrimônio cultural brasileiro e universal.

As obras disponibilizadas no Domínio Público são aquelas que “perderam” os seus direitos patrimoniais, e no Brasil, são regidas em consonância com a Lei de Direitos Autorais nº 9610 de 19 de Fevereiro de 1998, ou obras que foram cedidas por parte dos detentores dos direitos autorais pendentes, e neste caso, quem cede a obra pode ser tanto o autor/criador ou o representante legal que detenha os direitos autorais. (BRASIL. Lei 9610, 1998)

O Domínio Público agrega um valor no sentido de possibilitar aos seus usuários mais de vinte mil títulos cadastrados e em vários idiomas, desde a sua criação em 2004, entre documentos dos mais diversos tipos desde textos, imagens, sons, vídeos e etc.

No entanto, se as obras estão disponíveis em rede digital, por outro lado, é importante evidenciar que muitos não conhecem, ou não sabem como acessá-las ou ainda utilizam muito pouco em relação ao potencial que oferece de conteúdos informacionais. Daí a importância de uma política de informação que facilite a pesquisa, o acesso e o uso desses conteúdos pelo cidadão. Em se tratando de um serviço oferecido dentro do *site* do Ministério da Educação, órgão da Administração Federal responsável pelas políticas e diretrizes da educação do País, deve haver, por parte deste, responsabilidade em manter uma relação de credibilidade e confiabilidade com o que está disponível.

Desta forma, o presente trabalho, objetivou de modo geral, analisar a Biblioteca Digital Domínio Público, e mais especificamente conhecer os modos pelos quais os professores do ensino público estadual poderiam estar utilizando/divulgando o mesmo, com vistas a conhecer os recursos e os conteúdos informacionais disponíveis para os seus usuários/alunos.

Para elaboração do trabalho realizou-se um levantamento bibliográfico e documental em bibliotecas físicas e digitais, durante o qual se selecionou um material publicado em livros, artigos de periódico, legislação, enciclopédia, que agregassem interesse para a pesquisa. Após esse levantamento

procedeu-se à leitura e análise dos mesmos, buscando-se as contribuições teórico-conceituais de vários autores na perspectiva de elaborarmos o referencial teórico.

Para ampliar o nosso conhecimento desta biblioteca, desenvolveu-se também uma pesquisa empírica com a aplicação de um questionário a uma turma de professores dos ensinos fundamental e médio das escolas públicas de Marília e região, que participam do Programa de Formação Continuada “Teia do Saber”, promovido pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. Esses professores participam da aula de Tecnologias da Informação e Comunicação aplicadas à Educação, desenvolvidas no laboratório de informática do *Campus* da UNESP.

A escolha desse ambiente de pesquisa deu-se em função da própria natureza do curso, uma vez que objetiva proporcionar aos professores a “atualização permanente para o uso de novas metodologias voltadas para práticas inovadoras e para o uso de materiais didáticos que atendam às necessidades de aprendizagem das crianças e jovens, explicitadas pelos indicadores de desempenho” e o “desenvolvimento de competências para a utilização de novas tecnologias a serviço da aprendizagem”. (TEIA DO SABER, 2006).

Nesta perspectiva, desenvolvemos a nossa pesquisa com 1 (uma) turma de 30 (trinta) professores dos ensinos fundamental e médio e que participam da aula de “Tecnologias da Informação e Comunicação aplicadas à Educação”, no laboratório de informática do Campus da UNESP. Nesse caminhar, buscamos coletar informações com base na aplicação de um questionário com perguntas abertas e fechadas.

A escolha das questões abertas se deu pela possibilidade de acesso às informações mais qualitativas, traduzidas em subjetividades, opiniões e necessidades desses sujeitos da pesquisa. O questionário foi entregue e respondido em sala de aula, onde acompanhamos todo o processo, observando-se o comportamento dos mesmos no desenvolvimento da pesquisa na Biblioteca Digital Domínio Público, o que ensinou no preenchimento deste instrumento por todos os professores.

O questionário é composto por questões que tratam sobre acesso a Internet, uso do Domínio Público, com opinião sobre o mesmo, sobre as vantagens, desvantagens e dificuldades para a pesquisa. No que se refere a essas questões, solicitamos aos professores que fizessem algumas buscas no *site*, a partir de um exercício proposto (busca de texto por autoria, título, idioma, assunto, imagem) e realizasse também uma pesquisa livre, com a finalidade de descobrir quais eram os principais problemas que pudessem aparecer durante a pesquisa.

A pesquisa demonstrou, que as bibliotecas sejam elas, tanto tradicionais quanto digitais ainda trazem para si um importante papel na pesquisa e consulta de obras didáticas para professores e alunos.

O *site* Domínio Público criado a pouco menos de dois anos pelo Ministério da Educação, ainda precisa de uma divulgação maior de seus serviços, uma vez que nenhum dos professores entrevistados tinha conhecimento dele. É necessário ainda que o Domínio Público crie um canal de comunicação mais abrangente e direto com os seus usuários, o *site* dispõe de uma seção a “Fale Conosco” onde o usuário envia um *e-mail* com perguntas, sugestões e dúvidas que são respondidas pela equipe técnica do Domínio Público alguns dias depois via *e-mail* do usuário. Há ainda um link de “Ajuda” entretanto ele apenas dá acesso para baixar gratuitamente navegadores de Internet e o programa leitor de *P.D.F.*. Seria interessante que o Domínio Público criasse uma seção de perguntas mais frequentes ‘F.A.Q’ (*Frequently Asked Question*), ou que mostrasse exemplos de pesquisa com descrição passo a passo do

caminho percorrido desde a digitação da busca até o acesso ao documento. O site também poderia mostrar elas de erro na busca, com o objetivo de alertar o usuário do porquê da sua pesquisa não ser realizada.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Decreto – lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. **Altera atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.** Disponível em: http://www.mct.gov.br/legis;leis;9610_98.htm>. Acesso em 07/jul./2006.

TEIA DO SABER. **Programa de Formação Continuada “Teia do Saber”: Capacitação descentralizada mediante contratação de instituições de ensino superior. 2005.** 65p. Disponível em: <http://cenp.edunet.sp.gov.br/TRSaber/Teia_saber/Projeto%20B%E1sico%20-%202005.pdf>. Acessado em: 19/ago./2006.